

FORMAÇÃO TERRITORIAL DA COLÔNIA E EXPANSÃO DO MERCADO INTERNO: o papel da vila de Cachoeira, Bahia (1700-1750).

ROMILDA ALMEIDA DE SENA

1. Bolsista PIBIC-AF/ CNPq, Graduada em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: almeida.romilda@gmail.com.
2. Orientador: Caio Fernandes Figueiredo Adan, Departamento: CHF, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: caioadan@gmail.com.
3. Participante do Projeto "FORMAÇÃO TERRITORIAL DA BAHIA: subsídios para a construção de um Atlas Histórico da Bahia Colonial (séculos XVI-XVIII)". Departamento de DCHF, Universidade Estadual de Feira de Santana.

INTRODUÇÃO

A descoberta de jazidas auríferas no interior da colônia em fins do século XVII e os importantes desdobramentos desse processo são o ponto de partida do presente estudo, que se propôs a levantar e sistematizar informações relativas ao papel desempenhado pela vila de Cachoeira no conjunto de transformações econômicas e territoriais operadas no território luso-americano na primeira metade do século XVIII, e que tiveram, entre outras consequências, o início do processo de estruturação de um mercado interno na colônia.

O interesse por esse tema surgiu da leitura do artigo de Júnia Furtado “Teias de Negócio: Conexões Mercantis entre as Minas do Ouro e a Bahia durante o século XVIII” (2006), que aborda as conexões mercantis estabelecidas entre as Minas Gerais e a Bahia na primeira metade do século XVIII. Nesse artigo, a autora destaca, dentre outros assuntos, os caminhos do interior da Bahia, e sua importância no trato comercial entre a Bahia e Minas. Isso porque eram estes caminhos responsáveis pela entrada de mercadorias para os sertões mineiros, tanto de primeira necessidade, como alimentos, vestuário, entre outros, quanto também dos produtos supérfluos, como louças da Índia e bebidas. Além disso, tais caminhos eram usados também para escoamento do minério ali obtido, tendo em vista que, durante a primeira metade do século XVIII, a Bahia era a sede do governo-geral da colônia.

Foi assim que compreendemos, portanto, que os comerciantes, para fazerem o seu trajeto do porto de Salvador até as Minas Gerais, passavam por diversas localidades, entre elas a vila de Cachoeira, a partir de onde rumavam na direção do rio São Francisco, e tomando este como direção chegavam ao seu destino. Dessa constatação foi que surgiu o desejo de compreender os efeitos dessa circulação de pessoas e mercadorias no desenvolvimento da vila.

MATERIAL, MÉTODOS OU METODOLOGIA

Este estudo visa compreender, através dos pressupostos da História Econômica, aspectos da formação territorial da colônia e expansão de seu mercado interno na primeira metade do século XVIII.

A inscrição do trabalho nesse campo justifica-se pela possibilidade que ele oferece de uma abordagem interdisciplinar que congregue contribuições dos campos da História, da Economia e da Geografia, com vistas ao entendimento dos processos sociais, econômicos e territoriais estudados. Além disso, o campo temático da História Econômica possibilita ao historiador(a) analisar em suas particularidades os diferentes processos ocorridos nos diversos setores da produção, da circulação e do consumo, sem perder de vista o todo, ou seja, o modo como eles estão integrados.

Esta pesquisa dedicou-se ao estudo da historiografia especializada e da documentação primária, fontes históricas manuscritas disponíveis em arquivos existentes no Brasil ou no exterior, e acessíveis diretamente ou por intermédio de catálogos e inventários analíticos, coletâneas de documentos publicados, obras de referência ou por meio de ações de digitalização desses conjuntos documentais, entre as quais se destaca o Projeto Resgate, iniciativa do Ministério da Cultura brasileiro. Devido ao limitado período da bolsa (apenas 10 meses), não foi possível o estudo de todos os documentos identificados.

RESULTADOS E/ OU DISCUSSÃO (OU ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS)

A descoberta das jazidas de ouro no interior da colônia, a partir dos fins do século XVII, provocou um considerável crescimento e dinamização para a economia colonial, contribuindo para sua interiorização e, conseqüentemente, para a expansão territorial e a urbanização da colônia portuguesa na América. Nesse período, muitas vilas se tornaram grandes entrepostos comerciais; dentre estas, a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, criada em 1698, e que se destacou como entreposto comercial entre a zona litorânea representada pela cidade de Salvador e demais povoações situadas no recôncavo da Baía de Todos os Santos e as localidades situadas no sertão, notadamente, as vilas mineradoras do sertão.

É a partir do século XVIII que Cachoeira vai ostentar um mais expressivo crescimento urbano, e isso em grande medida pelo papel que desempenhou como entreposto comercial destacado entre a zona litorânea representada pela cidade de Salvador e as demais povoações situadas no recôncavo da Baía de Todos os Santos. A importância de Cachoeira era tanta que os conselheiros municipais dessa vila “[...] solicitaram da Coroa que lhes outorgasse privilégios idênticos aos que gozavam – pelo menos teoricamente – os cidadãos de Salvador” (BOXER, 2000, p. 170).

O porto de Salvador no início do século XVIII exerceu um papel fundamental no tráfico de escravos da África para a colônia luso-americana, principalmente para as regiões das minas. E Cachoeira, nesse período, exercia um papel importante, uma vez que era um dos principais entrepostos comerciais por onde passavam as pessoas, carregações e tudo o mais.

Sabe-se que, com a descoberta do ouro, advieram as medidas regulatórias do sistema de fiscalidade, que possuía vários mecanismos, um deles era a cobrança de impostos, outro e a fiscalização que ocorria ao longo dos caminhos, que tinha como objetivos reiterar os direitos reais sobre a produção aurífera, combatendo assim a evasão de divisas.

Do ponto de vista fiscal, instalam-se, ao longo dos caminhos, as “Passagens” e “Registros” (espécie de alfândega), lugares, respetivamente, de cobrança dos direitos de passagem e dos direitos de entrada. Nas passagens, localizadas nas travessias dos rios “caudalosos”, paga-se a peagem ou pedágio Registros pagam-se os impostos de entrada sobre escravos, gado e cargas de seco e molhados. Todos esses tributos são recolhidos por meio de contratos arrematados, segundo os termos estabelecidos pela Real Fazenda” (RESENDE, 2007, p.31).

Uma das evidências de como funcionava esse sistema é um documento do Conselho Ultramarino de fevereiro de 1727. Neste documento, verifica-se que a jornada pelos “Caminhos dos Sertões” dos comboios que seguiam da Bahia em direção às regiões mineradoras da capitania de Minas Gerais começava no porto de Cachoeira, no recôncavo Baiano. Assim, a partir do final da década de 1720, tornou-se obrigatório “que os escravos que fossem para as minas embarcassem em cais que há na Baía a que chamam cais de Cachoeira” (AHU, Avulsos-Bahia, doc. 2624). A finalidade de tal medida era, justamente, permitir uma melhor fiscalização dos tributos que se cobravam sobre os escravos enviados para as regiões das Minas. Sobre essa cobrança de impostos, Boxer afirma, ainda, “que

deveria ser imposta a todas as mercadorias, e gados, importados para região mineradora” (2000, p.103).

Através da análise de tal documento, percebe-se ainda que era comum a prática das fraudes, daí a motivação de tal determinação:

isto pela razão de se fraudar muito a este contrato nos descaminhos que se fazem, mandando mineiro embarcar diferentes paragens da Bahia [...] e, com outros disfarces, levando em sua companhia negros ladinos que parece impossível a averiguação de semelhante descaminho (AHU, Avulsos-Bahia, doc. 2624).

Esse problema era tão sério que, para evitar os descaminhos dos escravos e carregações, era utilizada uma carta guia. Esta carta dava o direito àqueles que a portavam de passar pelos caminhos até chegarem ao seu destino, de modo que funcionava como uma espécie de passaporte.

Os viajantes que saíam da capitania da Bahia para as regiões das minas enfrentavam diversos perigos ao longo do caminho, o que tornava as viagens nesse percurso muito arriscadas: “ferozes bichos”, “gentio de corso”, “negro do quilombo e ladrões”, que “repetidamente os assaltam”, eram apenas alguns dos riscos enfrentados pelos que se arriscavam a trafegar pelo circuito mercantil que ligava a Bahia às Minas (AHU, Avulsos-Bahia, doc. 3178). A respeito desses perigos, Furtado informa que era costumeiro para comerciantes volantes (viandantes, comboieiros e tratantes) enfrentarem dificuldades na rota da Bahia às Minas Gerais, pois os mercadores volantes levavam cerca de três meses para percorrerem essas rotas, período ao longo do qual passavam por constantes ameaças de doenças, animais selvagens e salteadores, até chegarem ao destino pretendido. Por isso, muitos desses comerciantes costumavam fazer testamentos antes de viajar, com medo de não chegarem ao destino (2006, p. 167-168).

CONCLUSÃO

Ainda não se pode falar em conclusão, uma vez que as fontes primárias não foram todas verificadas, e isto devido a uma série de fatores, que inclui problemas de acesso aos documentos, como no caso dos livros de nota da vila de Cachoeira existentes no Arquivo Público da Bahia (em Salvador), que estão interditados por causa do estado de degradação dos mesmos, o fator tempo, e a dificuldade de leitura de alguns documentos. Porém, observa-se que o material que foi levantado e analisado até o momento sugere uma intensa movimentação comercial e de pessoas na vila de Cachoeira, confirmando a hipótese da sua importância social e econômica no contexto da expansão territorial e de um intenso comércio voltado para o interior da colônia, principalmente em direção às regiões mineradoras ao longo da primeira metade do século XVIII.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial.** [?]: Nova Fronteira, 3ª edição, 2000.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS “AVULSOS” DA CAPITANIA DA BAHIA: 1604-1828. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.

FURTADO, Júnia Ferreira. Teias de negócio: conexões mercantis entre as minas do ouro e a Bahia, durante o século XVIII. In: FRAGOSO, João *et alli* (orgs.). **Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: EDUFES; ICT, 2006.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho**: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa, século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012. p. 115-250.

RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLATA, Luiz Carlos. **História de Minas Gerais: As Minas setecentistas**. vol. 1, Ed. Autêntica, 2007.

Fontes Documentais

Manuscritos

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU) Fundo: Conselho Ultramarino

Série Avulsos:

Documento 2624 [ant. 1727, Fevereiro, 08, Bahia] REQUERIMENTO do contratador do contrato dos escravos, Jerónimo Lobo Guimarães ao rei [D. João V] solicitando a colocação em editais de todas as escravas dirigidas as Minas que embarcam no cais chamado Cachoeira. Anexo: informação.

Documento 3178 [ant. 1730, janeiro, 8, Baía] REQUERIMENTO dos moradores da vila de Cachoeira ao rei [D. João] solicitando concessão para que os comboieiros, que transportam gêneros para as minas e mais regiões do sertão, possam usar facas grandes e pistolas.